

**CONTAS ■** Estatais foram decisivas para a economia

*Economia - Brasil*

# Superávit de R\$ 13,2 bilhões bate recorde

**Fernando Nakagawa**

■ BRASÍLIA A equipe econômica anunciou ontem crescimento do superávit primário do setor público consolidado – que inclui os governos estaduais e federal, além de estatais. O valor chegou a R\$ 13,182 bilhões, o melhor resultado da série histórica – iniciada em 1991 – para agosto. O resultado é 134,76% maior do que o registrado em julho. Em relação a agosto do ano passado, a alta foi de 29,41%.

As estatais determinaram o superávit primário recorde. No mês passado, as empresas controladas por União, Estados e municípios registraram economia de R\$ 5,122 bilhões. O resultado foi inflado pela operação de aumento de capital da Companhia Energética de São Paulo (CESP), que teve impacto líquido

de R\$ 1,550 bilhão. Os governos estaduais colaboraram com economia de R\$ 833 milhões, e o governo central com R\$ 7,228 bilhões. Já o pagamento de juros da dívida somou R\$ 15,569 bilhões. Ou seja, houve déficit nominal de R\$ 2,387 bilhões em agosto.

O relatório do Banco Central divulgado ontem revelou que – apesar do processo de redução da taxa básica de juros (Selic), iniciado há um ano – o gasto com o pagamento de juros está em trajetória ascendente. A mudança na composição da dívida pública brasileira explica o aumento de tal despesa, que já supera a fatia de 8% do Produto Interno Bruto (PIB).

A dívida pública caiu de 50,5% do PIB para 50,3% do Produto de um mês para outro. Em quatro meses, o indicador recuou 0,7 ponto. O chefe do

Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, disse acreditar na estabilidade do dado neste mês. Até o fim do ano, acrescentou, o índice deve voltar à casa de 50,5% do PIB. De janeiro e agosto, o superávit foi de R\$ 75,951 bilhões, ou 5,69% do PIB. Nos 12 meses encerrados em agosto, o esforço para o pagamento de juros somou R\$ 90,525 bilhões ou 4,47% do PIB. Em julho, o resultado foi de 4,35% do PIB.

A meta perseguida pelo governo é de 4,25%. Neste mês, completa um ano de vida o processo de redução da Selic. Apesar dos cortes, o gasto com juros da dívida cresce há quatro meses consecutivos na comparação com o PIB.